



## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

# PROCESSO SELETIVO INTERNO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL PARA FORMAÇÃO DE BANCO DE SERVIDORES

## NÍVEL SUPERIOR

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se este caderno de provas contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas. Caso o caderno esteja incompleto, apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  

**É penoso o caminho que conduz ao cume da glória.**
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

### RELATÓRIO

Ao governo do estado de Alagoas

Exmo. Sr. Governador:

1 Trago a V. Ex.<sup>a</sup> um resumo dos trabalhos realizados  
pela prefeitura de Palmeira dos Índios em 1928. Não foram  
muitos, que os nossos recursos são exíguos. Assim  
4 minguidos, entretanto, quase insensíveis ao observador  
afastado, que desconheça as condições em que o município  
se achava, muito me custaram. O principal, o que sem  
7 demora iniciei, o de que dependiam todos os outros, segundo  
creio, foi estabelecer alguma ordem na administração. Havia  
em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos,  
10 o comandante do destacamento, os soldados, outros que  
desejassem administrar. Cada pedaço do município tinha sua  
administração particular, com prefeitos coronéis e prefeitos  
13 inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam  
questões de polícia e advogavam. Para que semelhante  
anomalia desaparecesse lutei com tenacidade e encontrei  
16 obstáculos dentro da prefeitura e fora dela — dentro, uma  
resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma  
campanha sorna, oblíqua, carregada de bîlis. Pensavam uns  
19 que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administra  
melhor do que todos nós; outros me davam três meses para  
levar um tiro. Dos funcionários que encontrei em janeiro  
22 do ano passado restam poucos: saíram os que faziam política  
e os que não faziam coisa nenhuma. Os atuais não se metem  
onde não são necessários, cumprem as suas obrigações e,  
25 sobretudo, não se enganam em contas. Devo muito a eles.  
Não sei se a administração do município é boa ou ruim.  
Talvez pudesse ser pior.

Graciliano Ramos. *Relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios*. São Paulo: Entrelivros, s.d., p. 23-4 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, na gestão de Palmeira dos Índios, havia muitos prefeitos de fato, mas apenas um de direito.
- 2 O emprego da ironia e da linguagem figurada indica que o texto é ficcional e, portanto, desligado da realidade social, política e histórica do país.
- 3 A oração “que os nossos recursos são exíguos” (l.3) estabelece relação de proporção com a oração anterior: “Não foram muitos” (l.2-3).
- 4 Na linha 7, o emprego da preposição “de” deve-se à regência da forma verbal “dependiam”.
- 5 O emprego dos dois-pontos na linha 22 antecede orações que evidenciam o fato de que a maioria dos funcionários ou fazia política ou nada fazia.

1 Num país como o Brasil do século XIX, ser  
funcionário público era estar perto dos donos do poder, de  
maneira crescente à medida que se dava a subida na escala  
4 — tudo de modo mais distintivo do que hoje. Hoje o  
funcionário talvez domine melhor os canais de transmissão  
do comando; mas de maneira impessoal. Solto na massa da  
7 sociedade urbanizada e racionalizada, é alguém meio perdido  
que não se vê apontado, que não se destaca no panorama.  
É mais preparado, tende a ser um técnico, mas vale menos  
10 diante da burguesia rica, mais vista, mais aninhada nas  
vantagens e benefícios do conforto que se compra. Dantes,  
a classe do meio era rala e composta em boa parte pelos  
13 próprios funcionários, cujos cargos, dos poucos regularmente  
pagos, permitiam situar o indivíduo num quadro definido da  
hierarquia social. Quando se pensa que as oligarquias dos  
16 municípios, por exemplo, brigavam até à morte para  
disporem de lugares como agente do correio, fiscal,  
professor primário, coletor, oficial de justiça, escrivão;  
19 quando se pensa que as oligarquias provinciais e depois  
estaduais reservavam ciosamente para si a indicação do  
pessoal das repartições e de lugares como delegado, coletor  
22 provincial ou geral; quando se pensa nisso é que se vê até  
que ponto a vida da nação girava em boa parte à volta do ser  
ou não ser funcionário.

Antonio Candido. *Um funcionário da monarquia. Ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 15-6 (com adaptações).

Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 O termo “Solto” (l.6) é empregado na terceira pessoa do singular para concordar com seu referente: “o funcionário” (l.4-5).
- 7 Segundo o texto, os funcionários de hoje gozam de garantias e de privilégios que lhes proporcionam a ascensão na escala social que os antigos funcionários, “poucos regularmente pagos” (l.13-14), dificilmente alcançavam.
- 8 O emprego do pronome “cujos” (l.13), no nível das ideias do texto, insere-se de forma contraditória na relação entre o possuidor e a coisa possuída: a hierarquia dos cargos é que define a posição social daqueles que os exercem.
- 9 De acordo com as ideias do texto, o significado de “oligarquias” (l.15) está relacionado à expressão “donos do poder” (l.2).
- 10 A regência do verbo e o emprego especial da preposição, em “brigavam até à morte” (l.16), tornam obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase nessa construção.

Julgue os itens a seguir, acerca dos princípios da administração pública e da observância desses princípios.

- 11 A publicidade na administração pública pode ser restringida quando a defesa da intimidade o exigir. Por essa razão, é juridicamente justificável o aumento de salário de servidores municipais por meio de boletim interno não publicado.
- 12 Um prefeito que nomeie parentes como funcionários de seu gabinete por meio de boletim interno não publicado viola o princípio da moralidade.

Com relação ao poder hierárquico e ao poder disciplinar, julgue os seguintes itens.

- 13 Do poder disciplinar, decorre a ação de um diretor de escola pública que determina a suspensão de um aluno em razão da prática de ato considerado infração. Por outro lado, decorre do poder hierárquico a aplicação de sanção disciplinar ao servidor público pelo seu superior.
- 14 A discricionariedade, na prática de atos decorrentes do poder disciplinar, alcança a faculdade que tem a autoridade competente de aplicar ou não as penalidades definidas em lei, quando verificado e comprovado, em procedimento guiado pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, que houve a prática de ato infracional e que não há qualquer fato ou ato impeditivo que exclua a incidência da infração.

Quanto aos princípios do serviço público, julgue o item abaixo.

- 15 Segundo o princípio da mutabilidade do regime jurídico do serviço público, vislumbrado por parte da doutrina do direito administrativo, a administração pode promover a mudança do regime de execução do serviço para atender ao interesse público.

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos atos administrativos.

- 16 Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade. A licença não é concedida de ofício e depende de requerimento do interessado.
- 17 A doutrina e a jurisprudência atual vêm entendendo que a anulação de ato administrativo que contenha vício de legalidade prescinde da observância do contraditório e da ampla defesa, mesmo quando estiverem em jogo interesses de pessoas contrários ao desfazimento do ato, pois a administração tem autorização para anular os próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais.

A respeito dos contratos administrativos e das transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, julgue os itens de 18 a 21.

- 18 O contrato administrativo não se caracteriza pela bilateralidade, isto é, a existência de obrigações para ambas as partes contratantes.
- 19 Segundo a Lei n.º 8.666/1993, no contrato administrativo, é necessária cláusula que estabeleça o regime de execução ou a forma de fornecimento.

- 20 Consoante o Decreto n.º 6.170/2007, o contrato de repasse é o instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União.
- 21 Pode haver convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público.

Com relação aos servidores públicos, julgue o item a seguir.

- 22 O empregado público ocupa cargo público.

No que se refere ao processo administrativo e à Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 23 Os atos administrativos deverão ser motivados, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.
- 24 A administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e acerca de solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- 25 Constitui ato de improbidade administrativa adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

Julgue o seguinte item, referente à classificação de computadores.

- 26 Os computadores podem ser classificados quanto a capacidade de processamento de dados (de pequeno, médio ou grande porte), velocidade de processamento e volume de transações, tamanho da memória e tipo de unidade central de processamento (UCP), capacidade de armazenamento das informações, sofisticação do *software* disponível e compatibilidade e apresentação física (portáteis ou não portáteis).

Os diversos tipos de computador, como microcomputadores, *mainframes*, supercomputadores, *workstations*, computadores pessoais, *notebooks*, entre outros, conceitualmente realizam funções internas idênticas, mas em escalas diferentes. Com relação a esse aspecto, julgue os próximos itens.

- 27 Servidores são computadores que fornecem conteúdo e serviços em uma rede de computadores. Entretanto, os computadores que se conectam na rede não fornecem conteúdo ou serviços, isto é, são chamados de clientes e solicitam conteúdo e serviços aos computadores servidores.
- 28 Uma *workstation* é um *desktop* que possui, em geral, um processador de grande velocidade, memória adicional e elevada capacidade para executar tarefas específicas, como criação de gráficos 3D, desenvolvimento de jogos, sistemas de informação georreferenciada ou outra tarefa que exija recursos quase exclusivos da máquina.

A respeito dos componentes básicos da UCP, da unidade de controle (UC) e da unidade lógica e aritmética (ULA), julgue os itens a seguir.

- 29 A UC controla a entrada (*input*) e saída (*output*) de informação, executa operações, comanda o funcionamento da UCP e informa às demais unidades o que fazer e quando fazer.
- 30 Embora a ULA possua um grupo de registradores — posições de memória construídas na própria UCP que são usadas para armazenar os dados que estão sendo processados pela instrução atual —, eles só armazenam poucos *bytes* de cada vez.

Com referência a memória virtual e sistema operacional (SO), julgue os itens que se seguem.

- 31 Um programa necessita, obrigatoriamente, passar pela memória principal para ser executado. Como frequentemente não se dispõe de RAM suficiente para executar todo o programa da memória, utiliza-se a memória virtual para executar esse programa em partes.
- 32 O SO tem como funções principais permitir o funcionamento básico do computador e dos seus periféricos, ler e interpretar entradas do teclado; enviar dados a um disco, impressora ou outro dispositivo de saída; manter compiladores, editores e outros programas do sistema em locais de memória não distintos.
- 33 O SO é o núcleo do mecanismo que faz o computador funcionar. Cada modelo de UCP ou família de computador usa um SO diferente. As funções centrais de um SO são controladas pelo *shell*, enquanto a interface com o usuário é controlada pelo *kernel*.

Julgue os itens seguintes, a respeito de integradores de *software* e de aplicações de informática.

- 34 Integrador de *software* é a denominação genérica de uma interface como a do Windows ou do Mac OS, com a qual o usuário não tem a necessidade de lembrar a sintaxe completa. Ele adiciona recursos ao SO para permitir uma interface gráfica com o usuário (*graphical user interface* — GUI), múltiplos programas simultâneos e múltiplas janelas na tela.
- 35 Atualmente, várias são as aplicações de informática no mundo globalizado. O uso da informática na área de saúde, por exemplo, tem como um dos maiores desafios a padronização de linguagens, para fins de registro e consulta. Criar um sistema unificado de prontuários para clínicas e hospitais, ou um banco de dados de pacientes em uma rede de hospitais, requer rigor quanto a nomenclatura e documentação.

Um banco de dados Oracle é uma coleção de dados tratados como uma unidade. A finalidade de um banco de dados é armazenar e recuperar informações relacionadas, que podem ser de diversos tipos, inclusive textuais. No Oracle 10g a tecnologia Oracle Text permite o manuseio de informações textuais.

Oracle Text Application Developer's Guide 10g Release 2 (10.2).

Tendo o texto acima como referência, julgue os itens a seguir, a respeito das características do Oracle 10g para a manipulação de informações textuais.

- 36 Por meio do Oracle Text, é possível pesquisar dados normais e textuais em uma única consulta SQL.
- 37 O Oracle Text utiliza o operador *MATCHES* na cláusula *WHERE* de uma instrução *SELECT* para especificar uma consulta de texto.
- 38 A *stoplist* identifica as palavras de um idioma que serão consideradas em um processo de pesquisa textual.

Os sistemas de banco de dados têm evoluído no sentido de prover funcionalidade para representar e manusear informações textuais. Com relação a essa funcionalidade, julgue os itens seguintes.

- 39 O LightBase for Windows, versão 4.1, é uma *software* que permite a recuperação de informação por meio de palavra que esteja em qualquer campo alfanumérico ou texto na base de dados.
- 40 O PostGIS adiciona ao sistema de banco de dados objeto-relacional Postgresql 8.3 suporte para manusear informações textuais.

Com relação à comunicação de dados e aos meios de transmissão da informação, julgue os itens a seguir.

- 41 Entre as vantagens das fibras ópticas em relação aos cabos de cobre estão disponibilizar maior banda passante, apresentar menor atenuação do sinal por quilômetro e imunidade à interferência eletromagnética, além de terem menor peso e espessura e menor suscetibilidade a escutas.
- 42 Satélites geostacionários usados para comunicação de dados geram retardos da ordem de poucos milissegundos em enlaces fim a fim.
- 43 Cabos UTP de categoria 5 são formados por quatro pares de fios condutores, dos quais, apenas dois são utilizados em redes *fastEthernet*.

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos elementos ativos de infraestrutura e dos serviços de redes de comunicação.

- 44 O uso de *switches* particiona os domínios de colisão e de *broadcast*.
- 45 Os roteadores atuam no nível de datagrama, levando em consideração as informações de endereço físico de destino para decidir para que interface encaminhar o pacote.
- 46 Os *gateways* de transporte, presentes na camada de transporte, podem realizar a interface entre duas conexões de transporte, como, por exemplo, entre uma conexão TCP e uma SNA.
- 47 *Gateways* de aplicação atuam traduzindo a semântica das mensagens, por exemplo: um *gateway* entre o serviço de *e-mail* da Internet e o X.400 precisaria analisar as mensagens e modificar vários campos de seus cabeçalhos.

- 1 0.055429 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2442, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 48) 10.1.1.1.2373 > 10.1.1.2.7777: S, cksum 0x9764 (correct), 160520737:160520737(0) win 64240 <mss 1460,nop,nop,sackOK>
- 2 0.055990 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2691, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 48) 10.1.1.2.7777 > 10.1.1.1.2373: S, cksum 0xb8a6 (correct), 3778458614:3778458614(0) ack 160520738 win 17520 <mss 1460,nop,nop,sackOK>
- 3 0.056088 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2443, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 40) 10.1.1.1.2373 > 10.1.1.2.7777: ., cksum 0x2eea (correct), ack 1 win 64240
- 4 0.095338 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2450, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 1064) 10.1.1.1.2373 > 10.1.1.2.7777: P, cksum 0x24b7 (correct), 1:1025(1024) ack 1 win 64240
- 5 0.095444 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2451, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 1500) 10.1.1.1.2373 > 10.1.1.2.7777: P, cksum 0xc78f (correct), 1025:2485(1460) ack 1 win 64240
- 6 0.098918 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2698, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 40) 10.1.1.2.7777 > 10.1.1.1.2373: ., cksum 0xdbb6 (correct), ack 2485 win 17520
- 7 0.099035 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2452, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 1500) 10.1.1.1.2373 > 10.1.1.2.7777: P, cksum 0x970f (correct), 2485:3945(1460) ack 1 win 64240
- 8 0.099073 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2453, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 1500) 10.1.1.1.2373 > 10.1.1.2.7777: P, cksum 0x1825 (correct), 3945:5405(1460) ack 1 win 64240
- 9 0.099109 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2454, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 1500) 10.1.1.1.2373 > 10.1.1.2.7777: P, cksum 0x738f (correct), 5405:6865(1460) ack 1 win 64240
- 10 0.103041 IP (tos 0x0, ttl 128, id 2705, offset 0, flags [DF], proto: TCP (6), length: 40) 10.1.1.2.7777 > 10.1.1.1.2373: ., cksum 0xd04e (correct), ack 5405 win 17520

Considerando o trecho de captura de tráfego de rede apresentado acima, julgue os próximos itens.

- 48 A captura em apreço ilustra uma conexão TCP com todas as suas fases, com tráfego interativo.
- 49 Assumindo que a captura apresentada adira ao modelo cliente-servidor, o cliente seria o *host* 10.1.1.1 e servidor, o *host* 10.1.1.2.
- 50 Segundo a captura em questão, ocorrem retransmissões de pacotes.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos princípios norteadores da licitação, julgue os itens seguintes.

- 51 O princípio do julgamento objetivo, por meio do qual o julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no ato convocatório, e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, visa, particularmente, possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.
- 52 De acordo com o princípio do formalismo, os participantes de qualquer modalidade de licitação têm direito subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido na Lei de Licitações, pois, seja qual for a esfera da administração pública em que o procedimento licitatório seja praticado, ele caracteriza-se como ato administrativo formal.

Julgue os itens subsequentes, relativos à participação da sociedade no controle da legalidade e regularidade das licitações.

- 53 Qualquer cidadão, mesmo não tendo interesse direto no certame licitatório, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 8.666/1993.
- 54 Tanto as pessoas físicas quanto as pessoas jurídicas poderão representar ao tribunal de contas competente ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação da Lei de Licitações.

Acerca das modalidades de licitação, julgue os seguintes itens.

- 55 Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- 56 Mesmo em face de limitações do mercado ou de manifesto desinteresse dos convidados, na modalidade convite, se menos de três licitantes aparecerem, deve-se repetir a licitação pelo menos uma vez mais, distribuindo-se novas cartas-convites, sob pena de invalidação do certame.

Relativamente aos tipos de licitação, julgue os itens a seguir.

- 57 As diversas modalidades licitatórias previstas em lei devem adotar, obrigatoriamente, como tipos de licitação, a de menor preço, a de melhor técnica e a de técnica e preço. A exceção se dá apenas em relação ao leilão e ao pregão, para os quais se deve adotar, respectivamente, o melhor lance e a menor oferta.
- 58 Para a contratação de bens e serviços de informática, em que o critério do menor preço torna-se irrelevante, a administração adotará obrigatoriamente o tipo de licitação melhor técnica.
- 59 As licitações de melhor técnica e de técnica e preço aplicam-se, como regra, à contratação de serviços em que a atividade do particular seja predominantemente intelectual, com uma atuação peculiar e insubstituível do ser humano. Mas também será cabível sua adoção em outras espécies de contratação, de grande vulto e cuja execução dependa do domínio de tecnologia que não se encontre à disposição de profissionais comuns.

Tendo em vista as disposições gerais da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens que se seguem.

- 60** Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, mesmo nas concorrências de âmbito internacional, em que o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior.
- 61** Não poderão participar diretamente da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, bem como empresa responsável pela execução desses projetos. Tal proibição não impede, porém, a participação daqueles que mantenham vínculos de natureza técnica, comercial, econômica ou financeira entre o autor do projeto e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras.

Com relação ao sistema de registro de preços (SRP), julgue os itens a seguir.

- 62** As compras da administração pública, sempre que possível, deverão ser processadas mediante SRP, que constitui um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras.
- 63** A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, tomada de preços ou pregão, no tipo técnica e preço.
- 64** A ata de registro de preços é documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos, participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.
- 65** No SRP, não há o direito de o particular ser contratado, mas o direito de preferência. Esse direito prevalece durante o prazo de vigência do registro e se aplica tantas vezes quantas forem as contratações que a administração decidir realizar.
- 66** O SRP será adotado, preferencialmente, quando houver necessidade de contratações frequentes, vedada sua utilização para a contratação de bens e serviços de informática.

Considerando as disposições legais sobre pregão, julgue os itens de **67** a **70**.

- 67** No pregão, somente podem participar do certame os licitantes que adquirirem, previamente, o edital respectivo.
- 68** A fase externa do pregão se inicia com a convocação dos interessados, que será efetuada por meio da publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e, conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.

**69** A autoridade competente terá de designar, entre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, à qual incumbe receber as propostas e lances, analisar sua aceitabilidade e classificação e, ainda, decidir sobre a habilitação e proceder à adjudicação do objeto do pregão ao licitante vencedor.

**70** Na sessão de julgamento, somente após o julgamento e classificação das propostas é que o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

Julgue os próximos itens, a respeito do pregão eletrônico.

**71** A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, só poderá se dar para licitação específica.

**72** O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital, não podendo o lance ser superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**73** Não se admite, no pregão eletrônico, a participação de consórcio de empresas.

**74** O participante que, após a proclamação do vencedor, manifestar a sua intenção de recorrer, deverá fazê-lo por via eletrônica, no prazo de três dias.

**75** Na data e horário previstos no edital, será instaurada a sessão pública de pregão na Internet, devendo todos os interessados conectar-se por meio de sua chave de identificação e senha.

**76** O pregão, na forma eletrônica, só se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia que sejam objeto de licitação por menor preço ou por técnica e preço.

Com relação aos contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

**77** É obrigatória a publicação de extrato do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, no prazo máximo de vinte dias a contar da data de assinatura, sem o que o contrato não adquire eficácia.

**78** A duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, vedada, em qualquer hipótese, sua prorrogação.

**79** A autoridade competente pode, em cada caso e a seu critério, independentemente de previsão no instrumento convocatório, exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

**80** Por serem executados de forma contínua, contratos como os de serviços de limpeza e de assistência técnica poderão ter a sua duração prorrogada por períodos iguais e sucessivos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

**81** Embora a administração tenha a prerrogativa de modificar unilateralmente os contratos administrativos para melhor adequá-los às finalidades de interesse público, bem como de rescindi-los unilateralmente, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não podem ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

No que se refere à alteração e execução dos contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

**82** A administração pública poderá, obedecidas as mesmas condições gerais do contrato, promover acréscimo ou redução de até 25% do valor inicial atualizado da avença, no caso de serviços ou compras, e de até 15% no caso de obras.

**83** Em face do princípio da indisponibilidade do interesse público, a administração não é obrigada a indenizar o contratado por eventuais perdas e danos decorrentes da alteração unilateral do contrato.

Julgue os itens a seguir, relativos às sanções pela inexecução total ou parcial dos contratos administrativos.

**84** A suspensão temporária de participação em licitação e a declaração de inidoneidade são sanções que a administração pode aplicar não apenas ao contratado responsável pela inexecução total ou parcial do contrato, mas também a empresas ou a profissionais que tenham, entre outros ilícitos, praticado ato visando frustrar os objetivos da licitação.

**85** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração tem incidência por prazo indeterminado, permanecendo enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratado promova sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Acerca do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) da administração pública federal, julgue os itens a seguir com base no Decreto n.º 1.048/1994.

**86** Compete à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, representada pela Subsecretaria de Planejamento, Coordenação e Desenvolvimento Gerencial e Organizacional, assessorar o órgão central do SISP no cumprimento de suas atribuições.

**87** Compete aos órgãos setoriais, como integrantes do SISP, avaliar os resultados da regulamentação emanada do órgão central e propor ajustamentos.

**88** Compete à comissão de coordenação subsidiar o órgão setorial do SISP na elaboração de políticas, diretrizes, normas e projetos setoriais.

Com relação à contratação de serviços, julgue os itens que se seguem, a partir do disposto no Decreto n.º 2.271/1997.

**89** Se determinado cargo da administração pública federal for extinto, no âmbito do quadro geral de pessoal, as correspondentes atividades inerentes àquele cargo poderão ser objeto de execução indireta.

**90** As atividades de limpeza, no âmbito da administração pública federal fundacional, devem ser, preferencialmente, objeto de execução indireta.

**91** Para que a contratação de determinado serviço seja realizada em uma fundação pública federal de direito público, é necessário que seja precedida e instruída com plano de trabalho que contenha a relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada. Esse plano deve ser aprovado pela autoridade máxima da fundação.

**92** Caso uma autarquia federal contrate determinada prestação de serviço, a indexação de preços, no correspondente instrumento de contrato, deverá se dar por índices gerais.

**93** Os instrumentos contratuais das contratações de serviço não podem permitir caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra.

**94** Se realizar contrato de serviço, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá estabelecer, no instrumento contratual, a previsão de reembolso de salários pela contratante.

**95** Os contratos de prestação de serviços executados de forma contínua podem prever repactuação, cujo objetivo seja adequá-los aos novos preços de mercado.

**96** Os contratos de serviço devem ter um gestor, cuja responsabilidade é de acompanhar e fiscalizar a sua execução.

**97** A cada quinze dias, os órgãos e entidades que realizam contrato de serviço devem divulgar, em local acessível ao público, a listagem atualizada dos contratos firmados.

À luz da Instrução Normativa n.º 4/2008, que dispõe sobre o processo de contratação de serviços de tecnologia da informação, julgue os itens de 98 a 120.

- 98** Tanto a unidade setorial quanto a seccional do SISP são consideradas áreas de tecnologia da informação.
- 99** Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação que visa atender às necessidades de informação de um órgão ou entidade para determinado período.
- 100** A estratégia geral de tecnologia da informação para a administração pública deve ser revisada semestralmente pelo órgão central do SISP.
- 101** Com o objetivo de atender ao princípio da economicidade, as autarquias federais devem contratar, em um único contrato, todo o conjunto dos serviços de tecnologia da informação.
- 102** O gerenciamento de um contrato de serviço de tecnologia da informação é considerado uma fase do correspondente processo de contratação desse serviço.
- 103** Tanto o órgão requisitante do serviço quanto a área de tecnologia da informação têm de aprovar e assinar a análise de viabilidade de contratação.
- 104** Para que seja celebrado, um contrato de serviço de tecnologia da informação deve conter o vínculo de subordinação dos funcionários dos fornecedores com a administração pública.
- 105** O plano de sustentação e a estratégia de contratação são considerados etapas do planejamento da contratação de serviço de tecnologia da informação.
- 106** Não se pode prever mais de duas soluções de tecnologia da informação em um único contrato de serviço.
- 107** Uma das prerrogativas da administração pública, quando celebra contrato de serviço de tecnologia da informação, é a de indicar pessoas para compor o quadro funcional dos fornecedores.
- 108** O gestor do contrato é o responsável por elaborar a análise de risco da contratação.
- 109** Na fase de monitoramento da execução do contrato, as autoridades competentes devem ser informadas, com trinta dias de antecedência, acerca da proximidade do seu término.

- 110** É facultado ao gestor do contrato catalogar e disponibilizar os *software* resultantes de serviços de desenvolvimento no portal do *software* público brasileiro.
- 111** Para que seja analisada a viabilidade da contratação de serviço de tecnologia da informação, a justificativa da solução escolhida, por parte da área de tecnologia da informação, deve indicar os benefícios que serão alcançados com a sua efetivação, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.
- 112** Quando a Instrução Normativa n.º 4/2008 entrou em vigor, a administração pública teve de ajustar às normas nela estabelecidas todos os contratos em andamento cujo objeto era a prestação de serviço de tecnologia da informação.
- 113** Cabe à área de tecnologia da informação definir, quando aplicáveis, os requisitos de *software*, que independem de arquitetura tecnológica e definem os aspectos funcionais do *software*.
- 114** No início do contrato, o seu gestor, juntamente com a área de tecnologia da informação, o requisitante do serviço e a contratada, devem assinar o termo de compromisso de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigentes no órgão ou entidade.
- 115** Fica a critério do requisitante do serviço disponibilizar o termo de referência ou projeto básico em consulta ou audiência pública para que se possa avaliar a completude e a coerência da especificação dos requisitos e a adequação e a exequibilidade dos critérios de aceitação.
- 116** O plano de sustentação, a cargo do gestor do contrato, abrange tanto recursos materiais quanto humanos.
- 117** Cabe ao requisitante do serviço definir, quando aplicáveis, os requisitos tecnológicos de projeto que estabeleçam o processo de desenvolvimento de *software*, técnicas e métodos.
- 118** Nas licitações do tipo técnica e preço para contratação de serviços de tecnologia da informação, a administração pública deve justificar a fixação dos fatores de ponderação das propostas técnicas e de preço.
- 119** É vedado à administração pública aferir esforço por meio da métrica homens-hora.
- 120** O termo de referência para contratação de serviço de tecnologia da informação deve conter a estimativa de preços.